



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.624, DE 1996

(Do Sr. Chicão Brígido)

Acrescenta parágrafo ao artigo 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências".

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É acrescido ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o seguinte § 1.º, passando a § 2.º o atual parágrafo único:

"Art. 22.

§ 1.º A suspensão dos serviços a que se refere o *caput* deverá ser comunicada aos consumidores com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2.º"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Muito embora os serviços públicos sujeitem-se ao princípio da continuidade, hipóteses há em que a suspensão da prestação destes configura-se inevitável. Em tais casos, mormente quando se tratar de serviços essenciais, imperioso garantir aos usuários a possibilidade de adoção antecipada de providências que minimizem os transtornos decorrentes. Muito embora existam concessionárias que já implementem, espontaneamente, tal prática, estas constituem exceção à regra de desrespeito ao usuário de serviços públicos.

Por tais razões é que este projeto de lei colima estabelecer a obrigatoriedade da comunicação aos consumidores, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, da suspensão do fornecimento de água, eletricidade, gás de cozinha, serviços telefônicos e outros.

Sala das Sessões, em 12 de 04 de 1996.


Deputado CHICO BRÍGIDO

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "**

LEI N. 8.078 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO IV

Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos

SEÇÃO III

Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.

Art. 23. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
